

ANO 2015 .....

PROCESSO Nº .....



## Câmara Municipal de Bebedouro

### SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 108/2015 .....

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de  
R\$ 907.359,30 (novecentos e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e  
trinta centavos), que especifica. ....

Apresentado em sessão do dia 08/09/2015 .....

Autoria Poder Executivo .....

Encaminhamento às Comissões de .....

Prazo final .....

Aprovado em 08/10/2015 .....

Rejeitado em ..... / ..... / .....

Autógrafo de Lei nº 4979/2015 .....

Lei nº 5026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015 .....



**LEI N. 5026 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (novecentos e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (novecentos e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), para suplementação de verbas do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

05 Secretaria da Educação				
05.02.00	Educação Básica			
3.3.90.00.00	12 361 2001 2046 01 2200000	Aplicações Diretas .....		R\$ 190.120,50
3.3.90.00.00	12 361 2001 2046 02 2200011	Aplicações Diretas .....		R\$ 717.238,80
			<b>Total .....</b>	<b>R\$ 907.359,30</b>

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 10 de setembro de 2015.

**Fernando Galvão Moura**  
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 10 de setembro de 2015.

**Ivanira A de Souza**  
Secretaria

*"Deus Seja Louvado"*

012



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/397/2015 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 09 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na sessão ordinária realizada ontem, dia 08/09, foram aprovados os Projetos de Lei n. 92, 93, 97, 108 e 109/2015, todos de autoria do Poder Executivo.

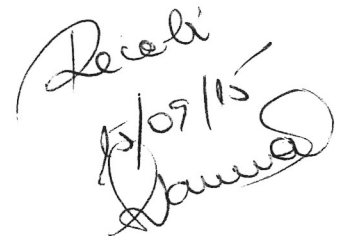
Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo os Autógrafos de Lei n. 4976 a 4980/2015.

Atenciosamente,



**José Roberto De Rosis Mazeu**  
**PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor  
Fernando Galvão Moura  
PREFEITO MUNICIPAL  
BEBEDOURO - SP



*Deus Seja Louvado*

Rua Lucas Evangelista, 652 – Fone (17) 3345-9200 – CEP 14.700-425  
BEBEDOURO – ESTADO DE SÃO PAULO

011



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## AUTÓGRAFO DE LEI N. 4979/2015

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (novecentos e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), que especifica.

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (novecentos e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), para suplementação de verbas do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

05 Secretaria da Educação				
05.02.00	Educação Básica			
3.3.90.00.00	12 361 2001	2046 01	2200000	Aplicações Diretas ..... R\$ 190.120,50
3.3.90.00.00	12 361 2001	2046 02	2200011	Aplicações Diretas ..... R\$ 717.238,80
				<b>Total ..... R\$ 907.359,30</b>

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 09 de setembro de 2015.

  
José Roberto De Rosis Mazeu  
PRESIDENTE

  
Nasser José Delgado Abdallah  
1º SECRETÁRIO

  
Luiz Carlos de Freitas  
2º SECRETÁRIO

"Deus Seja Louvado"

010





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 108/2015:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$907.359,30 (novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) que especifica.

## PARECER DE ASSUNTOS GERAIS

1 – Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 78 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 08 de setembro de 2015.

  
Tiago Bosco de S. Elias  
RELATOR

  
Sebastiana Maria R. Tavares  
PRESIDENTE

  
Paulo Henrique I. Pereira  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 108/2015:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$907.359,30 (novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) que especifica.

## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

1 – Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 77 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 08 de setembro de 2015.

Nasser José Delgado Abdallah  
RELATOR

Angelo Rafael Latorre Daolio  
PRESIDENTE

Luiz Carlos de Freitas  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 108/2015:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$907.359,30 (novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) que especifica.

## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

1 – Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (vide art. 76 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional suplementar** no valor de R\$907.359,30 (novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) que especifica.

Assim, antes de qualquer coisa, entendemos fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais classificam-se em **suplementares**, **especiais** e **extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo ao parecer.

### EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

#### DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

2 – Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

#### DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

3 – O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

**ART. 58 – Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa do Projeto de Lei que disponha sobre:**

“Deus seja louvado”

007



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

*IV - **matéria orçamentária** e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;*

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

4 – Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

donde temos, que a “**autorização por lei**” e a “**abertura por decreto**” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

*Art. 167. São vedados:*

*V - a **abertura de crédito** suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

*Art. 43. A **abertura dos créditos** suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

“Deus seja louvado”





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias das despesas. São normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de *créditos especiais* que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

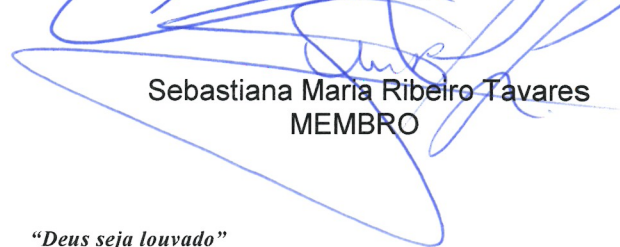
Diante do exposto, não encontramos qualquer vício de competência ou legalidade que macule a inciativa contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 4.921/14, no art. 6º, inciso I, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 8% do total das despesas fixadas no art. 4º que é de R\$247.520.000,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não encontramos óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É nosso parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 08 de setembro de 2015.

  
Fernando José Piffer  
RELATOR

  
José Baptista de Carvalho Neto  
PRESIDENTE

  
Sebastiana Maria Ribeiro Tavares  
MEMBRO

“Deus seja louvado”



Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 24 de agosto de 2015.  
OEP/482/2015

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (Novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), que especifica.

O projeto em questão refere-se à aquisição de 336.059 (trezentos e trinta e seis mil e cinquenta e nove) passes escolares, para o período de 12 de agosto à 23 de dezembro de 2015, destinados aos alunos da zona urbana sendo: 265.644 (duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro) para alunos da Rede Pública Estadual e 70.412 (setenta mil quatrocentos e doze) para alunos da Educação Básica do Município (contrapartida), para vigilância em saúde- transporte de alunos, através de fonte de recursos – transferências e convênios estaduais, conforme documentos anexos.

Cordialmente.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**José Roberto De Rosis Mazeu**  
**Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro**  
**Bebedouro-SP.**

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO			
Nº de Protocolo: <b>30344/2015</b>	Data:	<b>26/08/2015</b>	Hora: <b>10:10:00</b> Número: <b>482/15</b>
	Espécie:	Projeto de Lei	
	Procedência:	Prefeitura Municipal de Bebedouro	
	Remetente:	Prefeito Municipal	





**PROJETO DE LEI Nº 108 /2015.**

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (Novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), que especifica.**

**O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,**

**Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:**

**Art. 1º -** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor a Abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (Novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), para suplementação da seguinte verba do orçamento vigente.

**Art. 2º -** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação.

<b>05 Secretaria da Educação</b>								
05.02.00 Educação Básica								
3.3.90.00.00	12	361	2001	2046	01	2200000	Aplicações Diretas .....	190.120,50
3.3.90.00.00	12	361	2001	2046	02	2200011	Aplicações Diretas .....	717.238,80
<b>Total</b>							.....	<b>907.359,30</b>

**Art. 3º -** O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

**Art. 4º -** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 5º -** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 24 de agosto de 2015.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO			
Nº de Protocolo <b>30344/2015</b>	Data: <b>26/08/2015</b>	Hora: <b>10:10:00</b>	Número: <b>482/15</b>
	Espécie: Projeto de Lei		
	Procedência: Prefeitura Municipal de Bebedouro		
	Remetente: Prefeito Municipal		

**APROVADO EM 08/09/15**

**8** VOTOS FAVORÁVEIS

**-** VOTOS CONTRÁRIOS

**-** ABSTENÇÕES

**2** AUSÊNCIAS

**003**

**"Deus Seja Louvado"**

**José Roberto De Rosis Mazeu**  
Presidente

AUSENTE DO PLENARIO  

---

VEREADOR(S)

FERNANDO JOSÉ PIFFER  
VEREADOR

TIAGO BOSCO DE SOUZA ELIAS  
VEREADOR



**Prefeitura de  
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



*Unindo esforços, somando competências*

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
BEBEDOURO - Estado de São Paulo

## Crédito Suplementar

**Art. 1º.** - Abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 907.359,30 (Novecentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos).

<b>05 Secretaria da Educação</b>						
05.02.00 Educação Básica						
3.3.90.00.00	12	361	2001	2046 01 2200000	Aplicações Diretas .....	190.120,50
3.3.90.00.00	12	361	2001	2046 02 2200011	Aplicações Diretas .....	717.238,80
				<b>Total</b>	.....	<b>907.359,30</b>

**Art. 2º.** (O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo nos termos do artigo 43 da Lei Federal 4320/64).





## Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo  
Divisão de Despesas - Setor de Licitação  
Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900  
Fone/Fax: (17) 3345 9116  
E-mail: licitação@bebedouro.sp.gov.br  
Site: www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, segunda-feira, 24 de agosto de 2015

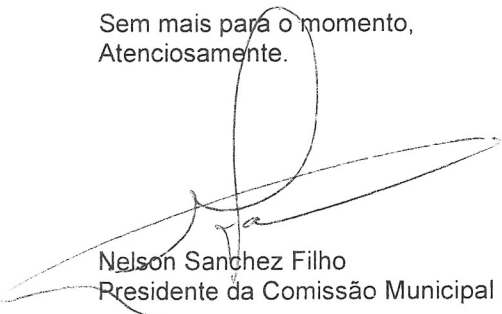
Prezado Senhor,

Venho através deste, solicitar de V.Sa. a suplementação de verba abaixo relacionada para:

AQUISIÇÃO DE 336.059 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E CINQUENTA E NOVE) PASSES ESCOLARES, PARA O PERIODO DE (12/08 A 23/12/2015), DESTINADOS AOS ALUNOS DA ZONA URBANA SENDO: 265.644 (DUZENTOS E SESENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E QUATRO) PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E 70.412 (SETENTA MIL, QUATROCENTO E DOZE) PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICIPIO (CONTRAPARTIDA), ATRAVES DA FONTE DE RECURSOS: 02 - TRANSFERENCIAS E CONVENIOS ESTADUAIS – VINCULADOS – 2200011 DRJ - TRANSPORTE DE ALUNOS E 01 - TESOURO - 2200000 ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME REQUISIÇÕES: 22568 E 22569/2015.

Departamento	Despesa	Quantidade de Passes	Valor Unitário	Valor Total 12/08 A 23/12 DE 2015
Educação Básica - DRJ	3203	265.644	2,70	717.238,80
Educação Básica - Ensino Fundamental	3205	70.415	2,70	190.120,50
Total de Vales Transportes		336.059		
		<b>Total Geral -----&gt;</b>		<b>907.359,30</b>

Sem mais para o momento,  
Atenciosamente.

  
Nelson Sanchez Filho  
Presidente da Comissão Municipal de Licitação

Ilmo. Senhor  
Josué Marcondes de Souza  
Diretor de Finanças